

ATA DA III REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DAS LAGOAS E DUNAS DO ABAETÉ.

Aos dias 23 de Agosto de dois mil e doze, às 9 horas e 15 minutos, no Parque das Dunas, iniciou-se a III Reunião Ordinária do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental Das Lagoas e Dunas do Abaeté. Eliene Leão, gestora da APA, abre a reunião apresentando a pauta e, posteriormente, a leitura da ATA da reunião anterior é feita por Thayane, estagiária do Inema. Em seguida Eliene realiza uma apresentação de slides sobre conselho gestor. O senhor Fernando, elogia a apresentação e sugere que a repasse em outras reuniões. O senhor Jorge, UNIDUNAS, sugere que a encaminhe para os outros conselheiros que não se encontram presente. Eliene convida a Senhora Débora, Associação Rede de profissionais solidários pela cidadania, que inicia apresentando-se e relata que fica feliz em participar da reunião, pois nota que aqui há um conselho gestor participante, e informa que será passado um vídeo de apresentação da ONG para que os conselheiros possam conhecê-la melhor. A senhora Jossana, bióloga da ONG, se apresenta a todos, e fala que já trabalha com a ONG há três anos, onde vem desenvolvendo um trabalho de recuperação em áreas degradadas, relata que é visível a vontade e a atuação de Eliene em trazer coisas novas para o conselho gestor, pois observa que na APA se desenvolve diversas atividades, mas ressalva a importância da participação da sociedade nas ações pertinentes a APA. A seguir Jossana coloca o vídeo para todos assistirem, este mostra imagens do Ecobrechó, que é realizado pela ONG. Após o vídeo, Débora fala que a ONG tem interesse de realizar uma educação ambiental mais aberta e, não voltada somente para o conselho gestor, e sim para as comunidades do entorno. A senhora Tânia, INFRAERO, pergunta quando será o próximo Eco Brechó. Débora informa que ocorrerá nos dias 20 e 21 de Outubro. Débora inicia a apresentação dos slides sobre os projetos propostos para a APA, fala também da importância da internet para divulgações de ações e projetos realizados para a APA e para a comunidade, pois dessa forma atingiremos um número muito maior de pessoas, e diz que se melhorarmos o planejamento urbano consequentemente melhoraremos o ambiental. A seguir mostra as estratégias de ação como internet, blog e redes sociais. Cita que é muito importante trabalhar com a sociedade civil para juntar esforços, que aqui não é uma disputa de espaço, é necessário um trabalho de aliança e integração. Fala que é muito importante formar líderes capacitados, pois assim se terá um trabalho de melhor qualidade. Diz que vê que aqui há muitas iniciativas e engajamento das pessoas, mas a sociedade fora daqui não sabe o que está sendo realizado e, isso precisa ser repassado. Em seguida apresenta toda a estrutura de pessoal que compõe a instituição, e as etapas que compreende a estruturação do projeto para os três anos. Dá seguimento a apresentação apontando os objetivos específicos que serão realizados para a APA e, diz que é importante que essa UC consiga articular com outras e, menciona que o que for feito para a divulgação será discutido com o conselho gestor. A seguir fala das estratégias de atuação, metas e conclui mencionando o plano de comunicação. Expõe que tudo será construído juntamente com o conselho gestor, retorna a falar da importância da internet para disseminar essas informações, que ela pode ser a diferença nas ações realizadas. Jorge questiona de onde vem esse recurso. Débora explica que o recurso é proveniente de uma multa aplicada a uma construtora. Jorge questiona se a área é dentro da APA. Débora informa que isso foi acordado em audiência pública no MPE, com a promotora de justiça a Dr^a Hortência, e que no dia estava presente a gestora da APA e representantes da sociedade civil que compõe o conselho gestor. Eliene informa que já recebeu todo o processo referente ao TAC encaminhado, que inclusive quando recebeu o comunicado para comparecer ao MPE, foi informada sobre o assunto pelo assistente da promotora, e que mesmo assim, ainda conseguiu mobilizar alguns conselheiros para participar da reunião. Mas, quando chegou lá já estava tudo acordado com o MPE, o INEMA, a construtora e a ONG, que já apresentava a minuta da proposta das ações para a APA do Abaeté. Jorge questiona o motivo dos conselheiros não

52 estarem presente na audiência. Fernando fala que quando Eliene foi informada já estava
53 ocorrendo a 6ª reunião com o Ministério Público e, não houve acompanhamento do processo.
54 Jorge pergunta quem representou o conselho gestor e se alguém foi ouvido. Eliene informa que
55 estava presente nas audiências públicas representantes do Inema, e informa também que tentou
56 diversas vezes conseguir a ATA das reuniões anteriores, mas conseguiu apenas a última ATA
57 ontem à noite, dia 22/08/2012, e passa a referida ata da audiência pública para conhecimento
58 dos presentes na reunião. Jorge fala que quer saber se esse projeto da ONG realmente atende
59 as necessidades da APA. Eliene responde que esse projeto já foi assinado e, talvez o conselho
60 gestor não tenha sido ouvido por falha de comunicação, mas esse projeto da ONG tentará
61 ajustar as necessidades da APA e trabalhar em conjunto com o conselho gestor. Jorge questiona
62 que seja revisto com o conselho se essas ações sugeridas são as que realmente atende a APA,
63 já que esse projeto veio pronto. Fala que a APA foi feita para proteger, não para destruir, e
64 compensar com TAC, não é o correto e nem o que se aplica a legislação. Juarez fala que a
65 população não está ciente desses problemas que ocorre na APA. Jorge diz que não é isso que
66 gostaria para a APA, e sim que fizesse a demolição, que é o que está na lei. Eliene informa que
67 já ocorreram outros casos desses anteriormente e, cita a igreja como exemplo, que está
68 construída em local impróprio e, tem licença do SMA, diz que ela mesma já esteve na área
69 realizando uma inspeção e que encaminhou o parecer sobre a edificação irregular para o Inema.
70 Jorge diz que o conselho tem poder de solicitar para a promotora parar o projeto e pedi-la para
71 ouvir o conselho gestor da APA. Fernando fala que tentou diversas vezes contato com Dra.
72 Hortência para conseguir as Atas das reuniões anteriores, mas, não obteve sucesso. Eliene
73 informa que solicitou diversas vezes que o MPE viesse à reunião do conselho gestor, para
74 esclarecer melhor sobre os encaminhamentos do recurso. Porém não obteve retorno. Jorge diz
75 que o mais correto para a APA seria uma revisão no zoneamento, informa que os construtores
76 têm total conhecimento de onde pode e não pode construir. Juarez questiona se o que a
77 empresa de consultoria Hydros está fazendo é rezonamento da APA. Jorge o informa que não,
78 a Hydros está fazendo apenas um estudo mais detalhado da área. Eliene relata que o estudo da
79 Hydros é para realizar o enquadramento dos parques urbanos na categoria SNUC, e informa que
80 a Hydros não irá alterar o zoneamento. Jorge fala que deveria indenizar as propriedades, que o
81 município já realizou isso outras vezes, e informa que com o rezonamento da APA seria uma
82 forma melhor de proteger. Fernando questiona quem direciona a verba, se é o Inema ou o
83 conselho gestor e fala que o valor do TAC foi muito baixo, já que sabe que o empreendimento é
84 grande. Jorge informa que pela lei é o conselho gestor da APA e diz que teria que suspender o
85 projeto e executar um estudo, para posteriormente dirigir ao MPE novamente com uma nova
86 proposta, Débora informa que a ONG se dirigiu ao conselho com propostas de projetos, mas
87 quem irá decidir o que será feito é o conselho gestor. Fala que quando a ONG foi chamada pelo
88 MPE foi informada que a área da APA precisa de um trabalho para que a população de Itapuã
89 fique mais atuante. Informa que a proposta do projeto foi elaborada desde o ano passado e, a
90 ONG fez o projeto voluntariamente e contratou uma equipe para a execução, sem auxílio de
91 recursos, diz que era necessário que o empresário conhecesse o projeto para assim ser
92 aprovado, caso contrário não seria aplicado o TAC. Informa que nunca foi dito que era para a
93 verba ser direcionada para o conselho gestor e estes dissessem o que fazer. Jorge fala que Dra.
94 Hortência ouviu o Inema, mas o órgão não comunicou ao conselho gestor. Rogério diz que o
95 rezonamento é importante, e cita que a ZUE foi feita a mais de vinte anos atrás, e ninguém
96 pode fazer nada na área delimitada. O senhor Paulo, Inema, fala que a posição de Jorge é
97 excelente, que o que é lei realmente tem que ser cumprido, informa que existe uma gestão
98 jurídica para isso. Jorge diz que Dra. Hortência se posicionou muito bem, e que foi o Inema que
99 apresentou esse projeto, como consta na ATA que possui em mãos da audiência com o MPE.
100 Jossana informa que todas as atividades foram feitas a partir desse projeto. Jorge informa que o
101 projeto foi elaborado pela DIRUC, e diz que discorda do órgão não ouvir o conselho gestor.
102 Eliene fala que informou a situação em uma reunião com o conselho gestor na casa da música,
103 mas nessa época não sabia exatamente do que se tratava, apenas estava ciente do valor da
104 verba e que iria ser investido nas necessidades da APA, mesmo assim elaborou esse projeto e
105 encaminhou para a DIRUC, e a DIRUC encaminhou ao MPE, mas antes de encaminhar
106 apresentou a proposta em reunião ao conselho gestor e todos concordaram, conclui dizendo que

107 essa minuta foi acordada em conselho, a proposta foi aceita por todos que estavam presentes
108 na reunião. Juarez lembra que nessa reunião foi inclusive discutido a construção da sede, mas
109 isso não iria ser contemplado. Jorge fala que ocorreu um erro de comunicação muito grande e
110 completa dizendo que o governo cria uma APA para proteger e posteriormente cria um
111 zoneamento esdrúxulo para destruir. Paulo diz que esse processo de construção em áreas
112 inapropriadas iniciou desde o SMA, que técnicos autorizavam, dando o alvará de construção, cita
113 a igreja como exemplo, que já vem acontecendo à construção desde a gestão de Franklin e foi à
114 prefeitura que deu a licença. Fernando questionou o papel do estado. Jorge diz que a prefeitura
115 errou, mas de quem é a competência de demolição. Paulo respondeu que é a prefeitura quem
116 pode demolir construções. Jorge fala que apoia o projeto, mas em sua opinião mudaria o foco
117 abordado para o rezoneamento, atingindo as necessidades da APA. Débora pergunta quem se
118 disponibilizaria de trabalhar com Jossana, para passar as informações necessárias da APA, para
119 se discutir com o conselho gestor o que precisa ser feito, dessa forma seria muito mais eficaz.
120 Eliene se coloca a disposição, Jorge também se pronuncia para fazer parte da comissão. Débora
121 fala que o objetivo é que o conselho gestor proponha algo a se fazer para a APA, e diz que tem
122 profissionais capacitados na ONG para realizar esses trabalhos e, vai disponibilizá-los. Paulo
123 questiona se o interesse é buscar cooperação com a prefeitura, Inema ou com a população.
124 Débora fala que acredita que o melhor seria trabalhar em conjunto com todos. Jorge diz para
125 formarmos uma equipe técnica para ver o que será proposto como projeto de melhorias para a
126 APA. A senhora Agnelina, CONDER, diz que Débora está sendo sensata, tentando dialogar com
127 o conselho, na tentativa de decidir as questões em consenso, acha que devemos tomar cuidado
128 para esse tipo de situação de TAC não ocorra mais na APA, informa que a ONG possui
129 instrumentos para fazermos os projetos que queremos e, acha que da forma que foi colocado o
130 TAC, não acredita que se mudará a destinação da verba. Fala que em relação à demolição não
131 é uma questão simples de se resolver, são necessários uma série de parâmetros a se cumprir.
132 Paulo diz que a compensação ambiental é uma forma esdrúxula de se resolver a situação. A
133 seguir forma-se a comissão técnica, como participante manifestaram interesse, Eliene, Jorge,
134 Fernando, Juarez, Jossana, João Raimundo, Walter e Rogério. O senhor Alcir, SMA, fala que
135 deveríamos chegar a um consenso, pois como o MPE não deu o destino à verba que agradaram
136 a todos, se dirigiria ao MPE para que ele deliberasse, podendo solicitar a mudança da
137 destinação da verba. Informa que o TAC que é aplicado em um empreendimento, o projeto
138 geralmente é feito na área de entorno da construção e fala que não vê dificuldade de recorrer ao
139 MPE para fazer essa tentativa de solicitar o remanejamento dos valores aplicados no projeto.
140 Débora fala que o MPE vigia a verba para que seja usada de forma correta, que eles vão
141 algumas vezes verificar como está sendo feito o andamento do projeto. Diz que se for parar o
142 projeto que já está em andamento, solicitar a redestinação da verba, a ONG fica impedida de
143 trabalhar, irá adiar um processo que já está sendo executado. Propõe dar visibilidade ao
144 conselho gestor e ver as ações para fazer em conjunto. Jorge ressalta a importância de fazer a
145 revisão do zoneamento, mas para isso é preciso uma equipe técnica com muita competência e,
146 propõe a UFBA como base acadêmica, pois é muito importante sua participação e fala que ele
147 mesmo fará a doação de cem (100) mil reais como contribuição para mudança de zoneamento,
148 que seu maior interesse é de realmente proteger esse ecossistema. Ronaldo fala para levarmos
149 a proposta ao MPE. Jorge diz que a mudança de zoneamento é a principal forma de proteger a
150 área, caso isso não seja feito cerca de 80% dela será destruída. Débora diz que foi concretizado
151 nada hoje, que tudo será resolvido na reunião com a comissão técnica, que ficou marcada para
152 ocorrer no dia 29/08/2012, quarta-feira, às 14h. A reunião é encerrada às 11:50h pela gestora.